

Saúde avisa: funcionários

Sindicato promove protesto e ameaça parar hospitais

D.F.

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 16 de outubro de 1985 15

não serão atendidos

, mas secretário alega que não há verbas

O Governo do Distrito Federal não está disposto a fazer concessões de ordem econômica aos servidores da Fundação Hospitalar do DF, além dos 45 por cento de reposição salarial estabelecidos em junho, depois de uma greve que paralisou todo o setor de saúde da cidade. A posição foi expressa ontem pelo secretário de Saúde, Carlos Mosconi, a uma comissão do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do DF — mais conhecido como Sindicatão —, que promoveu um ato público em frente ao prédio da Secretaria para pressionar o Governo a dar uma resposta às suas reivindicações.

Há quase quatro meses, o Sindicatão vem negociando com a Secretaria de Saúde a concessão de reajuste de 110 por cento do INPC de setembro passado, produtividade, adiantamento salarial de 30 por cento em janeiro e julho próximos, adicional de insalubridade de 15 por cento para todos, redução da carga horária para 30 horas, alimentação e transporte gratuitos. Como a data-base dos servidores de nível médio da Fundação Hospitalar é 1º de setembro, Carlos Mosconi pediu ao Sindicatão uma prorrogação de 45 dias para continuar as negociações, prazo que se esgotou ontem.

RESPOSTA

No ato público, que contou com a participação de apenas 300 dos quase 14 mil servidores de nível médio da Fundação, o presidente do Sindicato, José Augusto dos Santos, afirmou que a Fundação "não está respeitando a categoria, pois não deu uma resposta satisfatória aos funcionários depois

de quase 130 dias de negociação". José Augusto deixou claro que a categoria poderá deflagrar uma nova paralisação a partir de 1º de novembro, caso não seja assinado até lá um acordo satisfatório.

O Secretário de Saúde, por sua vez, acredita que no máximo em 15 dias será possível chegar-se a um consenso. Ele adiantou, entretanto, que nenhuma cláusula econômica poderá ser atendida em função da falta de verbas por parte do GDF. A concessão do transporte gratuito, segundo o secretário, depende da aprovação, pelo Congresso Nacional, do vale-transporte.

Até o final do mês, ainda segundo Mosconi, uma comissão de nutricionistas dará seu parecer sobre a possibilidade da Fundação fornecer alimentação gratuita a seus funcionários. Se a resposta for positiva, entretanto, ela só poderá ser colocada em prática a partir de 1º de fevereiro, já que a Fundação tem contrato com a empresa Sano-le, que fornece refeições ao preço unitário de Cr\$ 27 mil.

A questão mais polêmica é, na opinião de Mosconi, a redução da jornada de trabalho. Apesar de considerar a reivindicação como justa, o secretário alega ser necessária uma consulta à Comissão de Política de Pessoal do GDF. Ele lembra, ao mesmo tempo, que o Governo não concedeu redução de carga horária a nenhuma categoria de trabalhadores este ano.

No próximo sábado, os servidores de nível médio realizam uma assembléia em local e horário a serem definidos para se posicionar diante das colocações do secretário de Saúde.